

As capitais migrantes, os poderes peregrinos

Volker Lübr

OLIVRO *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*, de Barbara Freitag, é excelente em seu conteúdo. É uma história do Brasil urbano a partir de uma perspectiva nova e abrangente. E é excelente do ponto de vista estilístico. Ele se comunica com o leitor. Desperta sua curiosidade. O método interdisciplinar aberto e a busca da intertextualidade a partir de diferentes fontes tornam o livro mais atraente que qualquer estudo convencional, feito numa óptica unidisciplinar.

Se, porém, a estrutura do livro é flexível, ela está longe de ser arbitrária. Contém três focos, que ordenam todo o material: as capitais migrantes, os poderes peregrinos e as representações nômades. Os dois primeiros estão no próprio título, muito expressivo em razão do ritmo e da aliteração. O terceiro emerge na sequência da argumentação.

Os três focos se interpenetram, o que se demonstra especialmente nos capítulos 2, 3 e 4. Primeiro vem a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, dados os cálculos ligados à política colonial e a outras considerações estratégicas. Menos de meio século depois, dá-se a migração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, como consequência dos sonhos megalomaniacos de Napoleão. Segue-se o retorno a Portugal da elite dirigente da Monarquia. Se quiséssemos ser cínicos, poderíamos interpretar a fundação da Libéria em 1820, mencionada no capítulo 5, como outro retorno – dessa vez retorno dos escravos, e não dos senhores.

O êxodo ultramarino de uma corte

européia equivaliu a uma segunda descoberta da América. Não foram apenas navios, pessoas e armas que atravessaram o Atlântico, mas também ideias, representações, conhecimentos, capacidades – e plantas. Como na primeira “descoberta”, os viajantes pensavam voltar. E como na primeira, surgiram conflitos com os “nativos”.

O que é particularmente interessante no Brasil pós-1808 é o recrutamento, ao que tudo indica sistemático, de artistas e cientistas europeus, com sua percepção do Brasil como país exótico. É aqui que os três focos convergem, incluindo as “representações nômades”.

Percorrendo o capítulo 5, o leitor se pergunta naturalmente o que o tráfico negreiro tem a ver com os “poderes peregrinos” ou com as “capitais migrantes”. A resposta é: muito. Parece-me nova a referência ao peso crescente dos comerciantes brasileiros nesse tráfico, relativamente à concorrência europeia, sobretudo a partir do século XIX, e à significação dos lucros daí decorrentes para a elite econômica e política residente no Brasil, incluindo D. João VI e sua corte. É muito curiosa a história de Francisco Felix de Souza, ex-escravo que se transformou em negociante de escravos.

No capítulo 6, a autora volta para a história monárquica do Brasil, aos “poderes peregrinos” como tais. A introdução é magistral. Ela pode ser lida como um olhar retrospectivo sobre o que se passou até então, o vai e vem entre o Brasil e a Europa, especialmente Portugal, do ponto de vista historiográfico, político e sociológico. Pode ser lida tam-

bém como uma antevisão breve e panorâmica das três fases do Brasil oitocentista: o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado.

Dom Pedro II, para a maioria dos alemães um simples verbete de enciclopédia, é maravilhosamente retratado: um monarca ao mesmo tempo político e cidadão, um rei-educador. Nesse contexto, a autora destaca a fundação de Petrópolis, cidade ecológica, como diríamos hoje.

No capítulo 7, há uma bela introdução, com uma metáfora irônica de Machado de Assis sobre o comerciante Custódio, à qual me referirei mais adiante. Limite-me aqui à transição da Monarquia à República. Por que as elites autoritárias de outrora optaram pela forma republicana de governo? O “povo” não foi um protagonista ativo. Não havia um potencial revolucionário vindo de baixo. Será que a transição para a República foi simplesmente um passo formalmente necessário para uma autêntica soberania, isto é, o abandono de todos os vínculos políticos com a Europa?

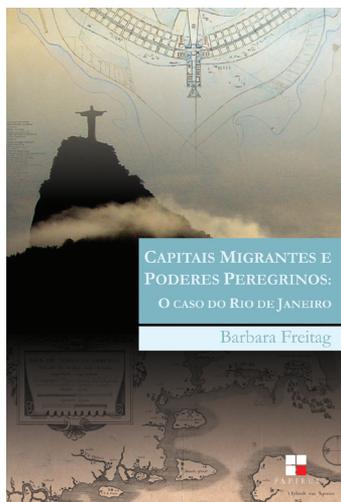
Pergunto-me se as elites autoritárias do Brasil daquela época não teriam uma obsessão positivista pela técnica, semelhante à das elites mexicanas do tempo de Porfírio Dias. Será que tanto o positivismo da América Latina quanto a tecnologia social marxista da Bolívia, de Cuba, da Nicarágua etc. não teriam em comum uma crença supersticiosa no progresso, a meu ver ainda não explicada? Talvez somente na arte, sobretudo na literatura, fosse possível encontrar essa explicação, como a autora procura demonstrar com vários exemplos.

Ainda no capítulo 7 (a partir da p.264), Barbara Freitag contrapõe dois modelos de modernização urbana: a

“haussmanização” francesa e o planejamento urbano americano. Cabe aqui uma observação. Levando em conta a tipologia de Spiro Kostof, resumida no capítulo 1, pode-se indagar se os dois modelos de modernização não seriam ao mesmo tempo modelos de fundação ou refundação de cidades. Ao ler esse trecho do livro, lembrei-me de uma conferência pronunciada há dois anos em Reijkjavik. O conferencista defendia a tese de que o assentamento *viking* do século IX teria sido ampliado e renovado no século XX segundo o modelo americano. Isso teria sido uma falha, porque tal modelo implica um grande desperdício de espaço e energia, e por isso já se pensava na Islândia em mudar esse padrão de urbanização para outro, próximo do estilo europeu, muito mais econômico.

O capítulo 8 traz informações novas para leitores europeus, sobretudo no que diz respeito à história política, urbanística e arquitetônica da fundação de Brasília. Sabia-se que as figuras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek foram fundamentais na construção da cidade. O que o livro traz de novo é o entrelaçamento dessas três figuras, bem como o papel pioneiro de outras cidades, como Belo Horizonte (e Goiânia) no processo de interiorização da sociedade brasileira.

O livro sugere também que as cidades artificiais tiveram um importante impacto desenvolvimentista. O leitor europeu pensará imediatamente em São Petersburgo, e o leitor alemão, mais especificamente em centros urbanos como Wolfsburg e Eisenhüttenstadt. O denominador comum desses experimentos, grandes e pequenos, foi terem ignorado as relações sociais em que estavam inseridos. Em outras palavras: tais experimentos são “mo-



FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Campinas: Papirus, 2009. 400p.

noculturais” no sentido de privilegiarem apenas a dimensão funcional e indutora do desenvolvimento. Nisso, Brasília é semelhante a certas experiências europeias. Também ali as relações sociais são banidas. Sobrevive apenas a “monocultura” do planejamento. Ora, o problema geral é para mim o seguinte: quais os limites da planeabilidade da vida social ou para dizer o mesmo num estilo mais retórico: qual a sepultura final de Auguste Comte, positivista e engenheiro social?

As cidades habitáveis deste planeta são parte planejadas e parte não planejadas, em combinações variáveis de *fortuna e virtù*, como Paris, Londres, Veneza, São Petersburgo, Xangai, mas também Versalhes, Hampton Court, Murano, talvez mesmo Potsdam. São lugares onde o poder e o dinheiro se encontram, mas onde se ouve também o murmúrio dos contos infantis. Eles consolam os adultos e dão alegria às crianças.

Capítulo 9: a história tumultuosa do

Rio de Janeiro depois de destronado como capital faz-me lembrar dos políticos que conheci no Brasil no final dos anos 1970. Nós do Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim (LAI) participamos de um projeto de pesquisa sobre as ditaduras militares na América Latina juntamente com o Cebrap, sob a direção de Francisco Weffort. Graças a essa colaboração, tivemos a oportunidade de entrar em contato com Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No mesmo capítulo, há um tópico especial sobre as favelas. A autora deixa claro que não podemos nem demonizá-las, nem romantizá-las. Seus habitantes pensam apenas em sobreviver, e, nesse sentido, a estrutura social é permeada pela racionalidade própria do universo favelado. Minha própria experiência da vida na favela vem apenas da leitura e mais especificamente do livro de Larissa A. de Lomnitz, *Como sobrevivem los marginados?*, sobre as favelas da cidade do México. Trata-se de um estudo sociográfico que examina as redes de relações sociais necessárias à sobrevivência. Não são redes criminosas, mas sua racionalidade é dificilmente transparente para os que estão de fora.

As palavras finais desse tópico – “é preciso revolucionar a sociedade toda” – não contribuí muito para a solução do problema. Ninguém, muito menos o sociólogo, pode revolucionar uma sociedade. Só ela própria pode fazê-lo. Conseguirá ela alcançar esse objetivo antes de ficar asfíxiada pelo gigantesco excedente humano, especialmente os mais pobres, ou de perecer por falta de água, alimentação e matérias-primas, e por falta de prudência política, se não de inteligência? Aludindo a um estudo de Sergio

Ferraz Magalhães, Barbara Freitag explora uma trilha alternativa: as grandes cidades da terra mudam constantemente, e a “contiguidade” dos seus elementos contrastantes – favelas lado a lado com viadutos e hotéis luxuosos – abrem uma perspectiva de coexistência renovadora, envolta em muita insegurança. E, queiramos ou não, é preciso conviver com a insegurança.

Agora uma palavra crítica sobre a metodologia. O trabalho está no cruzamento da história e da sociologia urbana. A história predomina; o livro é uma narrativa, aliás muito bem-sucedida, organizada cronologicamente. A sociologia urbana e a sociologia em geral estão em segundo plano. E, no entanto, estão presentes nas tipologias de Sérgio Buarque de Holanda e Spiro Kostov (tratadas no primeiro capítulo), assim como em sua aplicação ao tecido urbano de Salvador e do Rio. Uma sociologia *sui generis* também aparece quando a autora menciona o “Processo civilizatório” de Norbert Elias ao comentar as troca de cartas entre D. João VI e Carlota Joaquina, assim como em diversas alusões a Hegel, Marx, e na introdução do capítulo 6.

Pode-se talvez objetar que a presença constante da história e sua interpenetração ocasional com a sociologia obscurecem a diferença fundamental entre as duas ciências em seu modo de tratar o material empírico. Mas talvez essa diferença se deva a uma perspectiva teórica hoje considerada anacrônica, o que não me impede de mencioná-la.

O sociólogo Hans Peter Dreitzel afirma em seu ensaio “Sobre o método histórico na Sociologia” que o procedimento da história é ideográfico, enquanto o da sociologia é nomotético. O primeiro significa a descrição de uma

pessoa, de um acontecimento ou de uma época a partir de traços considerados característicos, que seja exata em todos os seus pormenores e que não pretenda alçar-se a especulações mais ambiciosas. O procedimento nomotético, pelo contrário, visa à busca, no oceano dos dados empíricos, de leis ou pelo menos de regularidades que ultrapassem o âmbito limitado de pessoas, acontecimentos, e mesmo de épocas. Os sociólogos, em suma, “sobrevooam” o chão da mera empiria, para indignação dos historiadores e mesmo dos literatos.

Não é, porém, só na relação entre a sociologia e a história que o livro abre pistas metodologicamente enriquecedoras. Ele aborda também outro tipo de relação – a existente entre a sociologia e a literatura. Para a autora, a literatura pode desempenhar um papel fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais. Centrada no indivíduo, a obra literária aponta para a dimensão da liberdade subjetiva, em confronto com o caráter coercitivo dos “fatos sociais”, que para Durkheim se sobrepõem, de modo determinante, à capacidade individual de formular alternativas de comportamento. A autora ilustra essa posição com a famosa metáfora, já mencionada, do romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, em que o Conselheiro Aires mostra ao confeitiro Custódio que ele poderia, como indivíduo, reagir livremente, de diferentes maneiras, aos fatos sociais aparentemente irresistíveis gerados pela mudança de regime político no Brasil.

Para mim, isso não é tão simples. Por mais que eu ame a literatura e por mais que autores como Carlos Rincón ou Berthold Zilly tenham me chamado a atenção para a riqueza sociológica dos romances latino-americanos, tenho

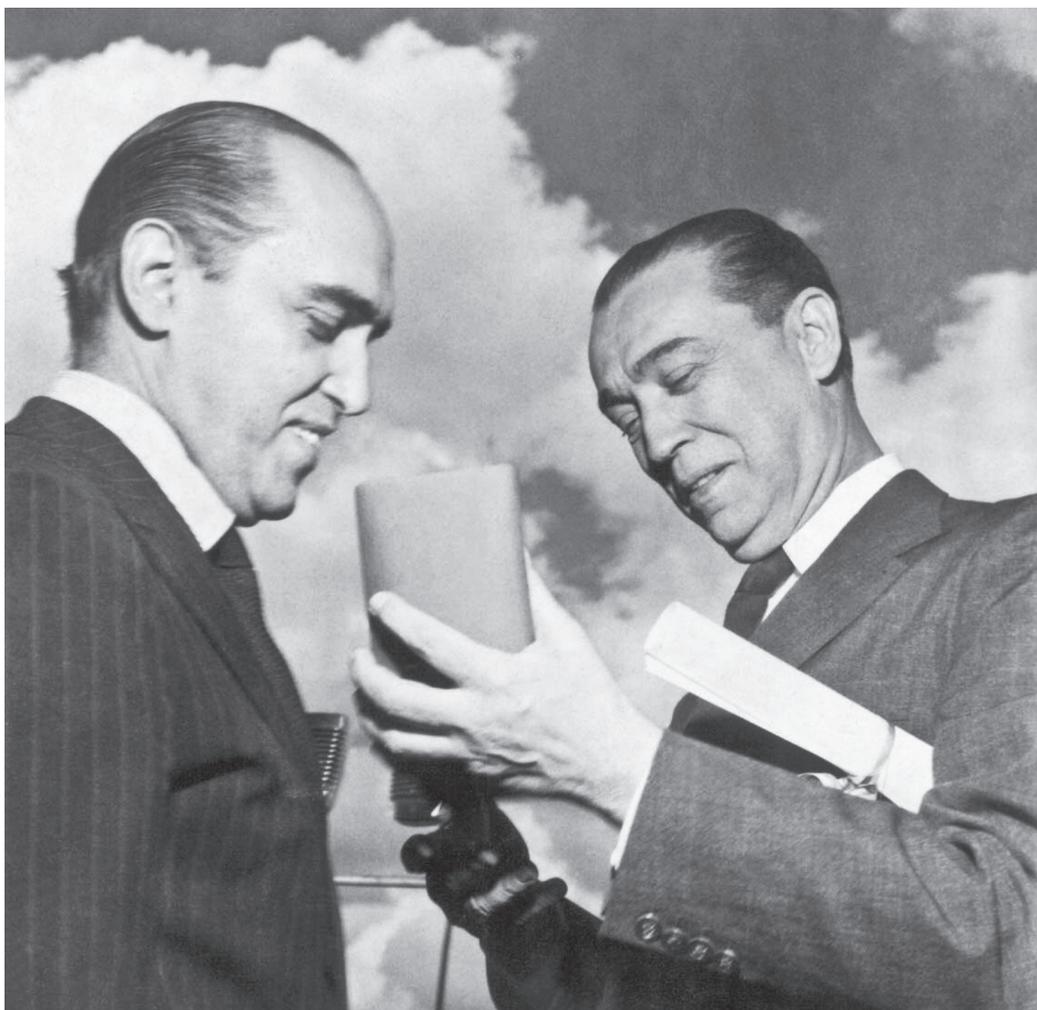


Foto Arquivo Folhapress

O arquiteto Oscar Niemeyer (à esq.) com o presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976).

dúvidas sobre o hábito cultivado por alguns sociólogos de tratar um romance como se fosse uma pedreira, de onde podem retirar, segundo sua conveniência, materiais avulsos para sustentar uma ou outra interpretação. Esse procedimento maltrata a integridade do texto literário. A literatura é essencialmente forma, e quando o leitor não reconhece essa forma, é incapaz de entender o sentido da obra.

É possível, contudo, que essa questão não seja mais relevante hoje em dia. Na América Latina, a fronteira entre a ciên-

cia social e a literatura é muito menos rígida que na Europa, especialmente na Alemanha, onde, como se sabe, existe uma gaveta para tudo.

O livro de Barbara Freitag é um enriquecimento para qualquer leitor, incluindo o europeu. O Brasil e a América Latina em geral se aproximam do horizonte de sua percepção, do seu pensamento e de sua sensibilidade. O primeiro motivo para isso é o tema. A migração das capitais brasileiras desde o século XVIII foi e é parte integrante de suas relações políticas, econômicas e cul-

turais com a Europa, especialmente Portugal, a Grã-Bretanha e a França. Essas relações foram cooperativas e conflitivas. O segundo motivo é o método. A autora concebe a história urbana como uma tentativa de modernização reflexiva permanente, exemplificada pela audaciosa fundação de Brasília, ultrapassando tudo o que se fizera até então nesse terreno: uma esperança de pedra voltada para o futuro. E o terceiro motivo é a sensibilidade da socióloga por tudo o que parecia secundário: a linguagem da arquitetura e da literatura. Assim Barbara Freitag refaz no texto as conexões presentes na realidade social. Estou certo de que o leitor brasileiro e o hispano-americano terão o mesmo prazer com a leitura deste livro que o público europeu.

Volker Lühr é cientista social alemão e professor da Universidade Livre de Berlim. Foi por várias vezes diretor do Instituto Latino-Americano dessa universidade. Tem várias obras publicadas em diversas línguas. No Brasil, a Tempo Brasileiro publicou seu ensaio “Sobre a utilidade da literatura para a sociologia”.

@ – luehr@zedat.fu-berlin.de